

A MADEIRA NA UNIÃO EUROPEIA



Comissão Europeia
Gabinete em Portugal - Largo Jean Monnet, 1 - 10.º 1200 LISBOA

Textos terminados em Janeiro de 1994

Ilustrações: Anne Howeson - Lionel Koechlin

Fotografias cedidas pelas Comissões de Coordenação Regional no Continente, pelo Gabinete do Subsecretário Regional da Cooperação Externa da R.A. dos Açores e pela Direcção Regional para os Assuntos das Comunidades Europeias da R.A. da Madeira

Editor: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias
Luxemburgo, 1994

© CECA - CEE - CEEA, Bruxelas · Luxemburgo, 1994
Reprodução autorizada com menção da fonte, salvo para fins comerciais

Impresso em Maio de 1994

Depósito Legal N.º 77688/94

Composição e Impressão
Gráfica Monumental, Lda. - Lisboa

ÍNDICE

A União Europeia ao serviço das Regiões	2
A Madeira na União Europeia	6
Quadro Comunitário de Apoio	7

A UNIÃO EUROPEIA AO SERVIÇO DAS REGIÕES

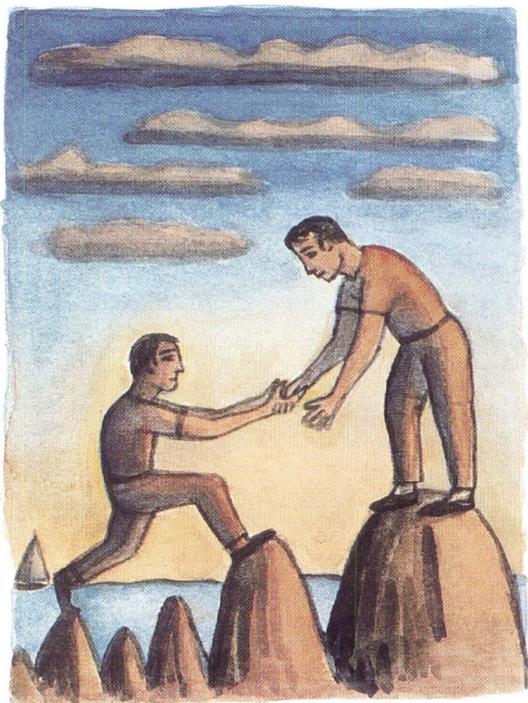
Composta por 12 Estados membros, com uma população que ultrapassa os 340 milhões de habitantes, a União Europeia (UE) é hoje uma grande potência. Produto de uma história e de uma geografia extremamente diversificadas, as regiões que a compõem apresentam diferenças notáveis entre si. Ora, se bem que a diversidade interna da União tenha sido desde sempre considerada como uma das suas principais riquezas, a existência de disparidades de desenvolvimento gritantes entre as diversas regiões poderia comprometer a própria União. A coesão interna representa assim um dos principais objectivos da construção europeia.

A diversidade das regiões, uma riqueza preciosa para a Europa

As regiões da UE apresentam múltiplas facetas. Umas são ricas e outras pobres, umas grandes e outras pequenas, umas têm carácter industrial e outras rural. Não são comparáveis os problemas que se colocam às zonas montanhosas, às regiões costeiras ou às grandes planícies agrícolas, às regiões fortemente urbanizadas ou que enfrentam problemas de reconversão industrial. Estas diversidades conduzem a uma variedade de culturas e experiências.

Mas as diferenças não são apenas de natureza geográfica, sociológica ou económica: são também institucionais. As regiões estão inseridas em Estados de estruturas variadas: federais, descentralizados e unitários. Daí advêm diferenças de poderes e de competências, que se fazem sentir de uma região para outra e que lhes conferem um peso diferente na Europa. Com efeito, certas regiões têm competências plenas em domínios tão diferentes como o ensino, os transportes e a agricultura, enquanto outras são meras unidades administrativas, sem poderes próprios.

Mas, independentemente das grandes diferenças que as separam, a generalidade das regiões tem vindo a beneficiar com a construção europeia, em termos económicos, sociais e de desenvolvimento humano. Se bem que centrado principalmente na cooperação entre Estados, o processo de construção europeia deve também bastante às relações de toda a ordem que as colectividades de base local conseguiram estabelecer entre si para além fronteiras e que permitiram a multiplicação das trocas em todos os sectores. A supressão das fronteiras internas e a criação do mercado único proporcionaram-lhes oportunidades de



desenvolvimento que elas souberam aproveitar e que passaram, inclusive pela criação de numerosas associações transfronteiriças.

No seio das instituições europeias, o lugar privilegiado de expressão e de participação destas entidades regionais tem sido, até agora, sobretudo o Parlamento Europeu, já que é aí que mais se tem desenvolvido a ideia segundo a qual o sucesso da integração depende estreitamente do desenvolvimento equilibrado das regiões europeias. Numerosos parlamentares foram simultaneamente eleitos para um outro mandato, por um círculo regional de um Estado membro. Este facto facilita que os eleitores identifiquem o trabalho do deputado com uma acção pela sua região.

A participação significativa das regiões no debate que precedeu a entrada em vigor do Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht), contribuiu para que aí fossem consagrados alguns dos anseios por elas expressos.

Desde a entrada em vigor do Tratado, as regiões têm voto directo nos assuntos da UE, através do Comité das Regiões. Composto por 189 membros, este Comité é, de facto, o órgão representativo das colectividades territoriais dos 12 Estados membros. Tem um papel consultivo sobre as grandes orientações da UE e veícula os pontos de vista das regiões quanto aos grandes «dossiers» europeus.

Mas, para além da riqueza de que beneficia graças à diversidade das suas regiões e à participação cada vez mais importante que estas têm na construção europeia, um dos desafios que se colocam à União é o de reduzir as diferenças excessivas de níveis de desenvolvimento.

A coesão interna, um objectivo primordial da construção europeia

O Tratado da União Europeia, que entrou em vigor em 1 de Novembro de 1993, confirma a prioridade dada à política de coe-

são económica e social. Esta deve contribuir para atenuar as disparidades de desenvolvimento e permitir que as regiões beneficiem da melhor maneira possível do mercado único e, futuramente, da moeda única. O imperativo de solidariedade traduz-se pela aplicação de políticas regionais ambiciosas, cujo objectivo é ajudar as regiões menos prósperas a recuperar do seu atraso, a reconverter-se ou a preservar o seu modo de vida.

Se compararmos o nível de vida dos habitantes das regiões da Europa, o das mais ricas da União — Hamburgo e Ile-de-France — é quatro vezes superior ao das mais pobres, situadas principalmente em quatro países: Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal. É evidente que a persistência de tais disparidades pode comprometer grandemente o futuro da União. Não se trata apenas de um problema de solidariedade, mas também de uma necessidade económica para o conjunto da Europa, já que o aumento do nível de vida nas regiões menos desenvolvidas também contribuirá para aumentar a procura dos produtos das regiões mais desenvolvidas. A política regional é orientada segundo três eixos, que correspondem a três tipos bem determinados de problemas regionais:

* O desenvolvimento das regiões da periferia sul e oeste da Comunidade (dois terços de Espanha, a Grécia, o sul de Itália, a Irlanda, a Irlanda do Norte e Portugal, bem

«A participação das regiões na construção da Europa é um factor essencial para o seu sucesso. É a nossa forma de nos aproximarmos do objectivo da União Europeia que vai buscar a sua força às tradições económicas, sociais e culturais das regiões e a sua coesão ao respeito por estas tradições.»

Jacques Delors, Conferência perante o Parlamento e o Senado da Baviera, Munique, 01.02.91



como algumas regiões de França), às quais se vieram acrescentar os novos «Länder» alemães.

* A reestruturação das regiões submetidas a um fenómeno de declínio industrial (mais de 16% da população comunitária).

* A preservação de zonas rurais atrasadas ou despovoadas (5% da população comunitária).

As ajudas prestadas a título de desenvolvimento regional assentam em três princípios que são garantes da boa utilização dos fundos:

* A subsidiaridade implica que as responsabilidades devem ser exercidas o mais próximo possível das realidades locais. Em consequência, são os Estados e as regiões que definem as necessidades de desenvolvimento, a partir das quais serão elaborados os programas financiados pela Comunidade.

* A parceria implica a participação de todos os agentes — nacionais, regionais e locais — na preparação, execução e acompanhamento dos programas.

* A adicionalidade implica que a ajuda da Comunidade seja complementar relativamente aos esforços financeiros das colectividades sem a eles se substituir.

A Comunidade intervém por meio de dois instrumentos principais: o Fundo de Coesão e os fundos estruturais.

O Fundo de Coesão é destinado especificamente às infraestruturas de transporte e à protecção do ambiente e beneficiará os quatro países menos desenvolvidos da União. No período 1993-1999, o orçamento do Fundo de Coesão é de 15,1 mil milhões de ecu (mais de 2,8 mil milhões de contos, a preços de 1993).

A contribuição mais importante da União para a redução das disparidades regionais é dada pelos chamados fundos estruturais. Representam mais de 25% do Orçamento e compreendem três sectores distintos: o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA).

Cerca de dois terços dos fundos estruturais são consagrados às regiões prioritárias que existem em todos os Estados membros, à excepção da Dinamarca e do Luxemburgo. Para o período 1993-1999, o montante orçamental dos fundos estruturais será de 141 mil milhões de ecu (cerca de 26,6 mil milhões de contos, a preços de 1993), afectados a acções tão diversas como a formação profissional, a protecção do ambiente,

a diversificação das actividades em meio rural, o melhoramento do nível dos equipamentos em infraestruturas ou a modernização das empresas e o desenvolvimento de novas actividades criadoras de emprego.

O esforço de solidariedade da União para com as regiões mais desfavorecidas é portanto considerável. Embora representando, em 1993, apenas 0,3% do Produto Nacional Bruto do conjunto dos Estados membros, os fundos estruturais, assim como os outros meios de intervenção, constituem 3 ou mesmo 4% do PNB de certos países, dando uma contribuição apreciável para o seu desenvolvimento económico e para a melhoria do nível de vida dos seus cidadãos.

Políticas regionais ao serviço dos cidadãos

Se a realidade regional é uma dimensão reconhecida da construção europeia e se o esforço dispendido pela União em matéria de desenvolvimento regional é tão importante, isso deve-se em primeiro lugar ao facto de a acção comunitária se querer ao serviço dos cidadãos. Assim, foram criados numerosos programas comunitários que abrangem os aspectos mais diversos da vida quotidiana dos cidadãos. Os futuros protagonistas da vida das regiões devem conhecer-se e compreender-se melhor. É este o objectivo do programa ERASMUS, que oferece a estudantes de origens diferentes a possibilidade de prosseguirem os seus estudos em universidades de outros Estados membros. O programa LINGUA, por seu lado, pretende fomentar um melhor conhecimento dos idiomas da União. Mas a confrontação de ideias e de «know-how» exprime-se igualmente de maneira mais ampla no âmbito dos programas-quadro de investigação e desenvolvimento, que, como o SPRINT, permitem uma estreita cooperação entre laboratórios, universidades e empresas, particularmente as pequenas e médias empresas (PME), em projectos de tecnologia avançada.

É igualmente importante responder aos legítimos anseios dos cidadãos de viver e trabalhar nas suas regiões de origem. Neste sentido, a criação de redes transeuropeias, quer físicas como as de infraestruturas de transporte, quer imateriais como as de transmissão de informação, facilitará a prazo a integração das zonas mais isoladas ou ultra-periféricas e deverá diminuir o fenómeno de êxodo que nelas se faz sentir. É igualmente nesta óptica que o programa LEADER dá prioridade à fixação dos agricultores em zonas rurais menos produtivas, tendo em conta o seu importante papel de protectores do ambiente.

A acção em favor da criação de polos de reconversão nas regiões submetidas ao declínio das indústrias militares (programa KONVER), por via da formação e da implantação de actividades de substituição destas indústrias — turismo, por exemplo — decorre igualmente desta vontade de apoiar a fixação dos cidadãos nas suas regiões de origem.

A ajuda comunitária tem igualmente por objectivo promover o acesso ao trabalho de novas categorias de agentes económicos. É este o caso, em particular, do programa NOW, que pretende promover um acesso mais alargado das mulheres ao mundo do trabalho, nas regiões menos ricas da União. Será a participação nestas acções que permitirá que os cidadãos de todas as regiões da Europa, com as suas especificidades e as suas culturas próprias, se conheçam e compreendam melhor e façam avançar a ideia de uma Europa unida e fortalecida pela sua diversidade.

«Para se tornar eficaz, viva e mais democrática, esta Europa deverá não só unir os povos e associar os Estados-nações, mas também fazer com que as regiões participem mais activamente na vida comunitária.»

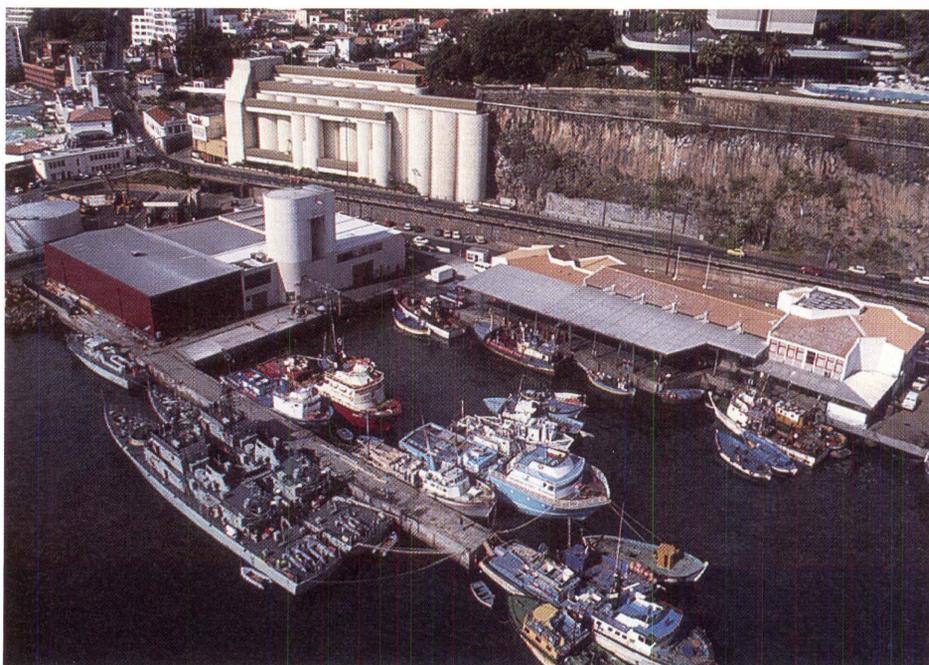
Jacques Delors, intervenção na 73^a
Feira Internacional de Lyon, 06.04.91

A MADEIRA NA UNIÃO EUROPEIA

Situado no Atlântico norte, a cerca de mil quilómetros a sudeste de Lisboa e a aproximadamente 700 quilómetros de Casablanca, o arquipélago da Madeira, constituído por duas ilhas habitadas — Madeira e Porto Santo — e pelas ilhas Desertas e Selvagens, é conhecido pelo clima temperado, pelo vinho e pelo turismo.

Cerca de 44% da sua população activa empregada trabalha no sector dos serviços, perto de 25% na indústria e aproximadamente 21% na agricultura e pescas. Com uma superfície habitada de 776 quilómetros quadrados e mais de 253 mil residentes, a Madeira — uma das duas Regiões Autónomas portuguesas — tem uma densidade populacional superior à média da UE e idêntica à do departamento ultramarino francês da Martinica. Apesar da densidade populacional elevada, a capital, a cidade do Funchal, continua a ser o único centro

urbano com mais de 10 mil habitantes. Desde que Portugal aderiu à UE, em 1986, a Região Autónoma da Madeira tem beneficiado de um impulso significativo no esforço de modernização da sua economia, em resultado de programas lançados nos âmbitos das políticas regional, nacional e comunitária, com destaque para a construção e modernização de infraestruturas, para a melhoria da qualificação profissional dos recursos humanos e para a modernização da estrutura produtiva. Na Madeira, as intervenções comunitárias foram feitas, fundamentalmente, através dos Fundos Estruturais e do Banco Europeu de Investimento, a principal instituição financeira da UE. A título dos auxílios de emergência, a Madeira recebeu ainda, em 1993, uma contribuição de 47 mil contos para fazer face às consequências das tempestades e chuvas torrenciais que fustigaram o arquipélago.



QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO

Em vigor de 1989 a 1993, o primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA) a Portugal retomou um dos objectivos do Plano de Desenvolvimento Regional Português (PDR), que consistia na correcção progressiva dos desequilíbrios internos de desenvolvimento.

Abrangendo o mesmo período que o primeiro QCA, o PDR prosseguiu também os eixos estratégicos nele previstos.

Dos recursos atribuídos a Portugal no âmbito do QCA, cerca de 3% dos investimentos e perto de 4% dos apoios foram mobilizados para a Madeira, que, juntamente com a Região Autónoma dos Açores e com o Alentejo, foi uma das regiões portuguesas onde as capitações dos investimentos e apoios se situaram bastante acima das médias nacionais.

Programa Operacional Plurifundos

Em vigor entre 1990 e 1993 e inserido no QCA, o Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira, foi financiado pelo FEDER em 33 mil contos e pelo FSE em 5 mil contos. Para concretizar a estratégia definida, foram criados os seguintes subprogramas: 1 — Desenvolvimento da Estrutura Produtiva; 2 — Valorização e Aproveitamento do Potencial Turístico; 3 — Estruturas Físicas Energéticas; 4 — Incremento das Acessibilidades; 5 — Incremento da Formação Profissional e Valorização dos Recursos Humanos; 6 — Equipamentos Sociais Estratégicos; 7 — Protecção do Ambiente e Ordenamento do Território; 8 — Gestão e Acompanhamento do Programa.

Zona Franca

Até finais de 1993, o FEDER participou com cerca de 852 mil contos na criação de uma zona franca de 140 hectares — a Zona Franca Industrial do Caniçal. Além das infraestruturas de um parque industrial, o projecto inclui um terminal marítimo, a construção de uma estação de recepção e bombagem, túnel e conduta de efluentes e a reconstrução da estrada Machico-Caniçal. A primeira fase do projecto, cuja conclusão está prevista para 1999, já se encontra realizada.

Pescas

Desde a adesão à UE e até agora, foram aprovados, para a Madeira, 24 projectos de construção e modernização de navios de pesca, no valor total de 1,8 milhões de contos, participados pela UE em 837 mil contos.

Para o mesmo período, foram aprovados 9 projectos de investimento na transformação e comercialização de produtos de pesca e de equipamentos portuários. O investimento global foi de 2,1 milhões de contos, com uma participação comunitária de 1 milhão de contos.

Os investimentos realizados permitiram o aumento da capacidade de recepção de pescado, nomeadamente no que se refere às infraestruturas de frio e fábricas de conservas de peixe, destacando-se a modernização e ampliação de um entreposto frigorífico em Porto Novo, obra que foi participada em 50% pela UE (204 mil contos).

A formação profissional tem sido um dos vectores importantes do desenvolvimento do sector das pescas, sendo de salientar

que o FSE subsidiou cursos de 3 a 7 meses para pescadores que frequentaram a Escola Portuguesa de Pescas, em Lisboa.

Artesanato

De 1989 a 1993, foram investidos 66 mil contos, 75% dos quais provenientes do FSE, em cursos de formação profissional no sector do artesanato. De 1990 a 1993, o FEDER participou com 75% num investimento de 133 mil contos, aplicados em acções diversas, das quais se destacam o apoio à participação em feiras e missões comerciais e a aquisição de selos de garantia e embalagens «standard».

Em 1993, a Madeira beneficiou de um conjunto de intervenções, realizadas no âmbito do programa POSEIMA-Artesanato — cujo objectivo é promover a formação profissional e o acesso a novas tecnologias e a novos mercados. Para este programa, está prevista uma despesa pública de 185 mil

contos, comparticipada em 75% pelo FEDER.

Turismo

De 1989 a 1993, foram aprovadas acções no valor total de 8,6 milhões de contos. Este conjunto de acções teve por objectivo enriquecer e diversificar a oferta turística, melhorar as infraestruturas rodoviárias, em especial na cidade do Funchal, e melhorar as condições ambientais nas áreas de maior de maior concentração da oferta hoteleira.

Ao abrigo do Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (SIFIT e SIFIT II), foram aprovados 66 projectos, no valor de 35 milhões de contos, com uma comparticipação comunitária de 6 milhões de contos, a que corresponde um aumento da capacidade hoteleira de cerca de 48% relativamente à capacidade instalada em 1988.



Energia

De 1989 a 1993, no âmbito do programa comunitário VALOREN — que co-financia projectos tendentes a melhorar as condições de abastecimento local de energia, o acesso das regiões a um mais elevado nível tecnológico e a criação de emprego — foram executados na Madeira vários projectos cujo objectivo consistiu em aumentar a capacidade de produção de energia eléctrica por forma a satisfazer o acréscimo da procura, a modernização, racionalização e ampliação das redes de transporte e distribuição. A estas acções foi atribuída uma comparticipação comunitária de 1.448 contos.

De destacar o projecto de fins múltiplos da Ribeira dos Socorridos, para produção de electricidade e abastecimento de água aos concelhos do Funchal e Câmara de Lobos. Outras acções — que abrangeram a Mini-Central do Lombo Brasil, a Central Mini-hídrica da Fajã dos Padres e a ampliação

da Levada das Rabaças — tiveram por objectivo aumentar a capacidade de produção de energia hídrica.

Condições de acessibilidade

Para o período de 1991 a 1993, a UE concedeu 6,9 milhões de contos do FEDER para o financiamento do Programa Operacional de Desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas Portuguesas (Açores e Madeira) — integrado no âmbito do programa de iniciativa comunitária REGIS.

Destinado a combater as desvantagens da insularidade e a promover acções urgentes no domínio das estruturas básicas de acessibilidade e de ambiente, este programa operacional incluiu vários projectos, dos quais se destacam a ampliação da rede viária, melhorando as ligações interurbanas e os acessos à cidade do Funchal, e algumas infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico.



Educação e formação profissional

Entre 1990 e 1992, foram promovidas 1026 acções de formação profissional, de que beneficiaram 17.088 formandos. O custo aproximado destas acções foi de 3.575 mil contos, que contaram com uma comparticipação de 2.548 mil contos do FSE.

Em 1993, os primeiros indicadores apontavam para a realização de 1047 acções de formação, abrangendo 15.896 formandos e com um custo total de 4.161 mil contos, participado pelo FSE em 3.062 mil contos.

Estas acções envolveram cerca de 25% do total da população activa e abrangeram designadamente os sectores dos Serviços, do Comércio e Turismo e das Indústrias Transformadoras.

Entre 1989 e 1993, a Universidade da Madeira (UMa) desenvolveu acções, apoiadas pelo FSE, de formação avançada e formação técnica especializada. No mesmo período, a UMa participou na execução de alguns projectos de cooperação em Investigação e Desenvolvimento (I&D), financiados pela UE no quadro de programas comunitários como o CIENCIA e o STRIDE. No âmbito do programa ERASMUS, a UMa coopera em 6 redes de Universidades da UE (num total de 75 Universidades).

Ambiente

No âmbito do programa ENVIREG — cujo objectivo principal é contribuir para a preservação e melhoria da qualidade do ambiente —, foram aprovados 6 projectos de investimento, no valor global de 3,4 milhões de contos, aos quais foi atribuída uma comparticipação comunitária de 2,4 milhões de contos. Estes investimentos permitiram, nomeadamente, dotar a cidade do Funchal de uma estação de tratamento de águas residuais, criar um sistema de trata-

mento e destino final de águas residuais nas freguesias de Machico e Caniçal, e dar início a um idêntico sistema na freguesia de Câmara de Lobos. O quadro destes investimentos engloba ainda o desenvolvimento de um sistema de incineração na Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra e a ampliação e remodelação da Estação de Transferência de Resíduos Sólidos do Funchal.

Esta Região Autónoma tem vindo igualmente a beneficiar de diversos apoios financeiros comunitários na área da conservação da natureza, que lhe permitiram, designadamente, o estudo e acompanhamento da colónia de Focas Monge, nas Ilhas Desertas, incluída na rede de reservas biogenéticas do Conselho da Europa, tendo sido instalada nestas ilhas um posto de observação permanente. Também nas Desertas, o apoio comunitário permitiu a actualização do inventário de vegetação, o início do levantamento das áreas ocupadas com Laurissilva — uma relíquia florestal do período Terciário — e a aquisição de uma parcela importante desta floresta (Montado do Urzal).

A Madeira vai, por outro lado, beneficiar do Programa Comunitário POSEIMA-Ambiente, que, na sua componente Madeira, engloba uma série de medidas de sensibilização das populações, a informatização de serviços e a valorização das áreas protegidas.

Agricultura e florestas

Desde a adesão de Portugal à União Europeia e até Junho de 1993, a Madeira recebeu 6,7 milhões de contos do FEOGA-Secção Orientação, para 1066 projectos, cerca de 69% dos quais se enquadravam no âmbito do regulamento comunitário sobre a melhoria da eficácia das estruturas agrícolas, através do apoio directo ao investimento privado, tendo sido aprovados 129 projectos que contemplaram a instalação de jovens agricultores.



No âmbito do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP), foram aprovados, até Junho de 1993, 289 projectos, a que corresponde um subsídio de 3,2 milhões de contos para melhoramento das infraestruturas rurais.

Nesta Região Autónoma, foram criados, no âmbito do PEDAP, o Programa de Construção e Melhoramento dos Caminhos de Acesso às Explorações Agro-Pecuárias, o Programa de Electrificação Rural e o Programa de Renovação e Beneficiação de Regadios Tradicionais, aos quais foram atribuídas, respectivamente, 43%, 15% e 12%, das verbas do PEDAP.

Em 1989, fora criado, no âmbito do PEDAP, o Programa de Acção Florestal, ao abrigo do qual, até 1993, foram subsidiados 24 projectos, que englobaram, entre outras, acções de florestação e melhoria dos povoamentos existentes, a beneficiação de caminhos florestais, o estudo de viveiros e a diversificação de essências florestais em Porto Santo.

Em 1992, os incentivos ao investimento na agricultura foram alargados com a aplicação do programa POSEIMA, no âmbito do qual foram criados o Programa de Reestruturação da Cana Sacarina e o Programa Operacional para a Melhoria e Modernização das Estruturas de Comercialização da Banana. Até Junho de 1993, tinham sido aprovados 37 projectos, correspondentes a um investimento global de 1,6 milhões de contos, comparticipados em 56% pela UE.

Em 1993, teve início o Programa Operacional para a Reestruturação da Vinha na Região da Madeira, o qual se destinava a contemplar 60 hectares.

De entre os projectos aprovados, no âmbito dos regulamentos comunitários sobre a melhoria das condições de transformação e comercialização de produtos agrícolas, destaca-se a construção, em Câmara de Lobos, de uma adega para vinificação e envelhecimento de vinho da Madeira. O

investimento foi compartilhado à 50% pela UE.

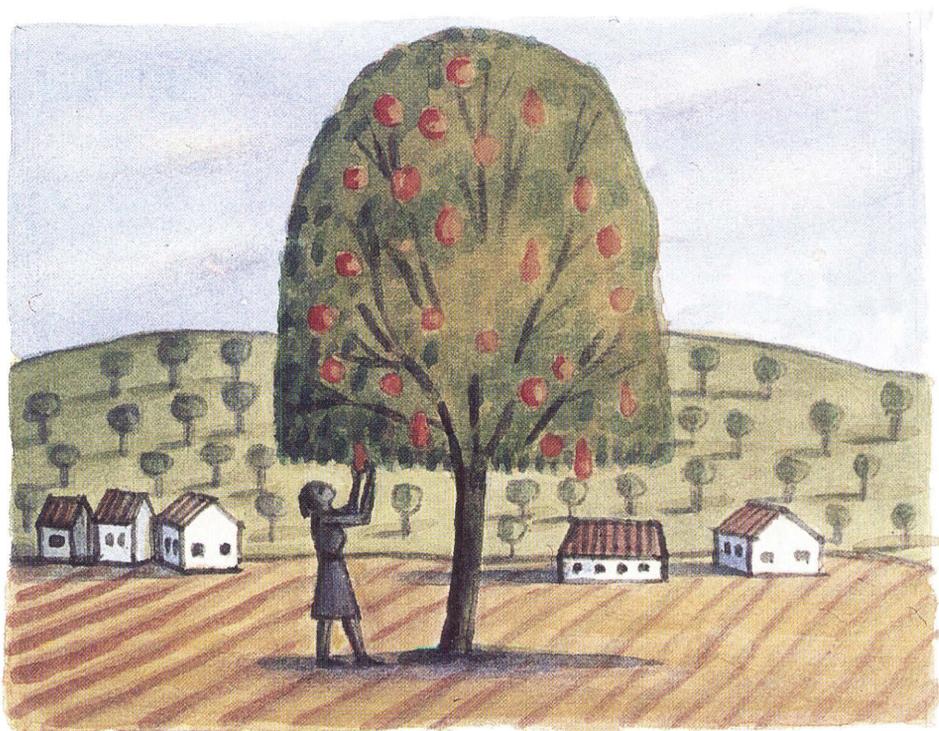
Telecomunicações

Entre 1987 e 1992, os operadores públicos realizaram, na Madeira e no âmbito do programa comunitário STAR — cujos objectivos são a criação de infraestruturas de apoio aos serviços avançados de telecomunicações e o incentivo às empresas privadas —, investimentos no valor de 1,234 milhões de contos, a que corresponderam 830 mil contos de comparticipação da UE. No âmbito do Sistema de Incentivos a Serviços Avançados de Telecomunicações (SISAT), que se destinou em especial às PME e às suas associações, foram realizados investimentos no valor de 97 mil contos, com uma comparticipação comunitária de cerca de 41 mil contos.

No quadro do Telematique — Iniciativa Comunitária que tem por objectivo reduzir os desequilíbrios regionais no domínio das telecomunicações —, a Madeira beneficiou de um incentivo de cerca de 78 mil contos, correspondente a um investimento global de perto de 323 mil contos, para um projecto que pretende estabelecer uma rede integrada de serviços de saúde na Região.

Cultura

O FEDER contribuiu, com 90 mil contos, para a reabilitação e ampliação da Casa das Mudas, na Calheta, hoje transformada em Centro Cultural. Na Ribeira Brava, o FEDER subsidiou igualmente as obras de recuperação e ampliação do Convento de Nossa Senhora da Porciúncula e sua adaptação a Museu Etnográfico.



MORADAS ÚTEIS

Lista dos Eurogabinetes e dos CDEs, incluindo Forum Picoas e info point da Bertrand e dos dois centros da Caixa

EUROGABINETES

Associação Industrial Portuense

Exponor, Leça da Palmeira – 4450 MATOSINHOS
Tel. (02) 996 15 80/1/2/3/4/5/6 · Fax: (02) 995 60 39
Resp. Dr. Pedro Capucho

Associação Industrial do Distrito de Aveiro

Av. Dr. Lourenço Peixinho, 146, 5.º-A · Apartado 584 – 3808 AVEIRO CODEX
Fax: (034) 240 93 · Resp. Eng.º Matos Rodrigues

Comissão Coordenação da Região Centro

Rua Bernardino Ribeiro, 80 – 3800 COIMBRA
Tel. (039) 71 14 36 · Fax: (039) 72 37 57

Banco de Fomento e Exterior

Av.º Casal Ribeiro, 59, 15.º – 1000 LISBOA
Tel. (01) 356 10 71 · Fax: (01) 54 85 71
Resp. Dr. Vasco Corregedor da Fonseca

Caixa Geral de Depósitos

Av. João XXI, 63, 5.º · Apartado 1795 – 1017 LISBOA CODEX
Tel. (01) 790 50 08 / 790 53 89 · Fax: (01) 790 50 97
Resp. Dr.ª Maria José Constâncio

Associação Industrial Portuguesa

Praça das Indústrias
1399 LISBOA CODEX
Tel. (01) 363 94 58 · Fax: (01) 364 67 86
Resp. Dr. Pedro Vila Franca

IAPMEI

Rua do Valasco, 19-C – 7000 ÉVORA
Tel. (066) 211875/6 · Fax: (066) 29 781
Resp. Dr. António Cebola

Comissão de Coordenação da Região do Algarve

Praça da Liberdade, 2 – 8000 FARO
Tel. (089) 80 27 09 · Fax: (089) 80 66 87

Associação Comercial e Industrial do Funchal

Av. Arriaga, 41 – 9000 FUNCHAL
Tel. (091) 23 01 37/8 - 23 01 87 · Fax: (091) 22 20 05
Resp. Dr. Rui Jervis

Norma / Açores

Rua António Joaquim Nunes da Silva, 55 – 9500 PONTA DELGADA
Tel. (096) 62 93 02 / 62 68 08 · Fax: (096) 24 286
Resp. Prof. Monteiro da Silva

CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA

Universidade do Minho

Escola Superior de Economia e Gestão, Sala 225 – Gualtar – 4700 BRAGA
Tel. (053) 67 63 94 · Fax: (053) 67 63 75
Prof. Responsável Rui Rodrigues
Bibliotecário Responsável: Dra. Irene Rodrigues

Universidade do Porto

Av. da Boavista, 1311-6.º – 4100 PORTO
Tel. (02) 69 70 86 · Fax: (02) 606 43 03
Prof. Responsável: José Ângelo Barbosa
Bibliotecário Responsável: Dra. Pilar Sáavedra

Universidade de Coimbra

Rua de Aveiro, 11, 11.º – 3000 COIMBRA
Tel. (039) 2 59 54 · Fax: (039) 3 39 29
Prof. Responsável: António Ferres Correia
Bibliotecário Responsável: Dra. Saudade Miranda

Universidade Católica Portuguesa

Edifício João Paulo, II – Calçada da Palma de Cima – 1600 LISBOA
Tel. (01) 726 81 90 · Fax: (01) 727 14 16 / 727 02 56
Prof. Responsável: Ernâni Rodrigues Lopes
Bibliotecário Responsável: Dra. Ivone Moreira

Universidade Técnica de Lisboa

Rua Miguel Lupi, 20 – 1200 LISBOA
Tel. (01) 397 82 07 · Fax: (01) 395 57 48
Prof. Responsável: Caetano Cruz Vidal
Bibliotecário Responsável: Dra. Helena Sinuca de Quadros

Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Economia
Trav. Estêvão Pinto (Campolide) – 1000 LISBOA
Tel. (01) 69 36 24 · Fax: (01) 387 11 05
Bibliotecário Responsável: Dra. Lutegarda Nunes

Faculdade de Direito de Lisboa

Alameda das Universidades
Cidade Universitária – 1600 LISBOA
Tel. (01) 793 15 66 · Fax: (01) 795 03 03
Prof. Responsável: Paulo Pitta e Cunha
Bibliotecário Responsável: Dra. Maria da Luz Antunes

INA - Instituto Nacional de Administração

Palácio dos Marqueses de Pombal – 2780 OEIRAS
Tel. (01) 441 32 31 · Fax: (01) 443 27 50
Prof. Responsável: Fraústo da Silva
Bibliotecário Responsável: Dra. Vera Batalha

Universidade dos Açores

Rua Mãe de Deus – 9502 PONTA DELGADA CODEX
Tel. (096) 65 31 55 / 65 20 89 – Ext. 219
Fax: (096) 65 30 70
Bibliotecário Responsável: Dra. Maria da Graça Chorão de Almeida Lima Correia

Universidade de Évora

Largo dos Colegiais, 2 – 7000 ÉVORA
Tel. (066) 2 84 30 · Fax: (066) 2 07 75
Prof. Responsável: António Covas
Bibliotecário Responsável: Dr José Manuel Caetano

Universidade Lusíada

Rua da Junqueira, 194 – 1300 LISBOA
Tel. (01) 363 99 44 / 363 80 48 / 863 82 32
Fax: (01) 363 83 07
Prof. Responsável: Fernando Reboredo Seara
Bibliotecários Responsáveis: Dra. Madalena Fernandes
Dr. Helder Machado

Colégio Universitário Pio XII

Av. Forças Armadas – 1699 LISBOA CODEX
Tel. (01) 76 71 46 / 76 71 47/8/9
Resp. Padre Joaquim António de Aguiar

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Rua São Jorge de Deus, n.º 25-3.º – 6000 CASTELO BRANCO
Tel. (072) 2 21 26 / 2 21 28 · Fax: (072) 33 18 74
Prof. Responsável: Virgílio Pinto de Andrade
Bibliotecário Responsável: Dra. Maria da Conceição Baptista

Universidade da Beira Interior

Rua Marquês d'Ávila e Bolama – 6200 COVILHÃ
Tel. (075) 31 42 07 · Tel. 32 77 70/1
Prof. Responsável: Felisberto Reigado
Bibliotecário Responsável: Dra. Sílvia Sousa

Outros centros de informação em funcionamento ou em vias de...

Forum Picoas

Loja APECO - Forum Picoas, Piso O, sala 12
Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C, 40-A – 1000 LISBOA
Tel. (01) 315 10 37 · Ext. 2911 · Fax: (01) 54 50 11

Câmara Municipal de São Vicente

Biblioteca Municipal – 9240 SÃO VICENTE
Tel. (091) 84 21 35 · Fax: (091) 84 26 66



A coesão inter-regional é uma das preocupações desde sempre associada ao processo de construção europeia.

O objectivo da presente brochura é duplo: apresentação, nas suas grandes linhas, dos princípios e políticas acordados no quadro das acções regionais da União; divulgação dos principais programas e projectos empreendidos no período 1989/93 na zona geográfica a que a brochura diz respeito.

Por razões práticas foi decidido cobrir o território nacional por meio de três brochuras - Portugal Continental, Açores e Madeira. Uma palavra especial de agradecimento vai para os organismos nacionais (Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Comissões de Coordenação Regional no Continente, Gabinete do Subsecretário Regional da Cooperação Externa da R.A. dos Açores e Direcção Regional para os Assuntos das Comunidades Europeias da R.A. da Madeira), sem cuja colaboração teria sido impossível levarmos a cabo este trabalho.